

Violência e repressão na imprensa caricata rio-grandense-do-sul

FRANCISCO DAS NEVES ALVES









Violência e repressão na imprensa caricata rio-grandense-do-sul





CONSELHO EDITORIAL/CIENTÍFICO

Alvaro Santos Simões Junior

- Universidade Estadual Paulista - Assis -

António Ventura

- Universidade de Lisboa -

Beatriz Weigert

Universidade de Évora -

Carlos Alexandre Baumgarten

- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul -

Ernesto Rodrigues

- CLEPUL - Universidade de Lisboa -

Francisco Gonzalo Fernandez Suarez

- Universidade de Santiago de Compostela -

Francisco Topa

- Universidade do Porto -

Isabel Lousada

- Universidade Nova de Lisboa -

João Relvão Caetano

- Cátedra CIPSH de Estudos Globais (CEG) -

José Eduardo Franco

- CEG e CLEPUL - Universidade de Lisboa -

Maria Aparecida Ribeiro

- Universidade de Coimbra -

Maria Eunice Moreira

- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul -

Maria Cristina Firmino Santos

- Universidade de Évora -

Vania Pinheiro Chaves

- CEG e CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Francisco das Neves Alves

Violência e repressão na imprensa caricata rio-grandense-do-sul





Lisboa / Rio Grande 2024

DIRETORIA DA CÁTEDRA DE ESTUDOS GLOBAIS DA UNIVERSIDADE ABERTA/CIPSH/UNESCO

DIREÇÃO:

José Eduardo Franco (Coord) Carla Oliveira Cécile Méadel Fabrice d'Almeida João Luís Cardoso José Ignacio Ruiz Rodríguez Valérie Dévillard Pierre-Antoine Fabre

COMISSÃO PEDAGÓGICA:

João Relvão Caetano (Coord.) Darlinda Moreira Jeffrey Scoot Childs Rosa Sequeira Sandra Caeiro

ASSESSORIA EXECUTIVA:

Cristiana Lucas (Coord.) José Bernardino Milene Alves Paula Carreira Susana Alves-Jesus

DIRETORIA DA BIBLIOTECA RIO-GRANDENSE

Presidente: Francisco das Neves Alves
Vice-Presidente: Pedro Alberto Távora Brasil
Diretor de Acervo: Ronaldo Oliveira Gerundo
1º Secretário: Luiz Henrique Torres
2º Secretário: Marcelo França de Oliveira
1º Tesoureiro: Valdir Barroco

2º Tesoureiro: Mauro Nicola Póvoas

Ficha Técnica

- Título: Violência e repressão na imprensa caricata riograndense-do-sul
- Autor: Francisco das Neves Alves
- Coleção Rio-Grandense, 69
- Composição & Paginação: Marcelo França de Oliveira
- Cátedra de Estudos Globais da Universidade Aberta/CIPSH/UNESCO
- Biblioteca Rio-Grandense
- Lisboa / Rio Grande, Fevereiro de 2024

ISBN - 978-65-5306-006-7

CAPA: O DIABRETE. Rio Grande, 28 nov. 1880.

O autor:

das Neves Alves é Professor Titular Francisco Universidade Federal do Rio Grande, Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e realizou Pós-Doutorados junto ao ICES/Portugal (2009); à Universidade de Lisboa (2013), à Universidade Nova de Lisboa (2015), à UNISINOS (2016), à Universidade do Porto (2017),à PUCRS (2018),à Cátedra Infante Henrique/Portugal (2019), à UNESP (2020) e à Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII (2021). Entre autoria, coautoria e organização de obras, publicou mais de duzentos livros.

Apresentação

Após a estabilização política, com o término das revoltas provinciais, o Império Brasileiro passou por uma etapa de certa estabilidade interna, a qual possibilitou inclusive a oportunidade para uma maior liberdade de expressão, mormente aquela exercida pela imprensa. Entretanto, o mandonismo local, as relações de clientelismo e o patrimonialismo constituíram elementos constitutivos que abriram espaço para a cotidianidade de atitudes repressivas e mesmo de atos violentos contra indivíduos que nem sempre tinham a possibilidade de usufruir de seus direitos individuais ou mesmo de desenvolver alguma consciência em torno da cidadania.

A ascensão da nova forma de governo, ainda mais em seus anos iniciais não trouxe avanços quanto a princípios democráticos, ou mesmo noções básicas do papel do cidadão. Prevaleceu a força repressiva dos governantes, ainda mais nas duas primeiras administrações militares, com uma repressão exacerbada como forma rotineira de conduta, para a posterior afirmação de um modelo oligárquico, que abandonou de todo tais procedimentos. Assim, ao longo do século XIX, mormente à época republicana, prevaleceu uma política coercitiva menos ou mais violenta contra os brasileiros. Tais práticas autoritárias se estabeleciam no sentido da existência de "regimes que privilegiam a autoridade governamental e diminuem de forma mais ou menos radical o consenso", com a concentração do "poder político nas mãos de uma só

pessoa ou de um só órgão e colocando em posição secundária as instituições representativas". Em tais modelos, "a oposição e a autonomia dos subsistemas políticos são reduzidas à expressão mínima", assim como "as instituições destinadas a representar a autoridade de baixo para cima são aniquiladas ou substancialmente esvaziadas"¹.

Em relação à repressão e aos graves obstáculos impostos à liberdade de imprensa, seus efeitos existiram durante o período monárquico, mas, nos primórdios da República, foram ainda mais enfáticas, com estabelecimento de um ferrenho controle discursivo, através de diversos fatores que serviram à limitação da expressão dos jornais, com legislações coercitivas, políticas repressivas ou fiscalizadoras ações policialescas. Para tanto foi estabelecido um "grupo de procedimentos que permitem o controle dos discursos", na busca não só "de dominar os seus poderes" ou "de conjurar os acasos de sua aparição", mas também "de determinar as condições de seu funcionamento, de impor aos indivíduos que os pronunciam certo número de regras e assim de não permitir que todo mundo tenha acesso a eles"2.

A censura pode se "manifestar sob a forma de proibições explícitas, impostas e sancionadas por uma autoridade institucionalizada", bem como a partir de "mecanismos capazes de garantir a ocupação das

¹ STOPPINO, Mario. Autoritarismo. In: BOBBIO, Norberto et al (dir.). *Dicionário de Política*. 4.ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1992. v. 1. p. 94.

² FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 10.ed. São Paulo: Loyola, 2004. p. 36-37.

diversas posições por agentes aptos e dispostos a manter o discurso (ou manter o silêncio) compatível com a definição objetiva da posição" oficial³. Nesse quadro, os atos censórios se convertem em verdadeira instituição, "a qual se atribui, delega ou investe a função de vigiar, acompanhar ou controlar a produção intelectual e artística", se referindo "principalmente à comunicação de pensamentos e ideias, à geração ou produção e transmissão de notícias e diversões, à moral pública" e "aos interesses políticos ou ideológicos, religiosos ou estratégicos"⁴.

As perseguições políticas contra o jornalismo não deixaram de existir durante a época imperial, embora constituíssem atos isolados, em consonância com a relativa liberdade existente nas últimas décadas do século XIX. Por outro lado, em seus primeiros anos, "a República viveu um período de instabilidade, de não poucas tensões, de indefinição de rumos e de ausência de um desenho político nítido para a nova ordem instaurada", prevalecendo um "ambiente instável e turbulento"⁵. Desde o início, as autoridades republicanas

_

³ BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer.* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996. p. 132.

⁴ BAHIA, Juarez. *Dicionário de jornalismo*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010. p. 69.

⁵ NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo oligárquico – da proclamação da República à Revolução de 1930 – Primeira República (1889-1930). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. p. 30 e 32.

não conviveram bem com a liberdade de expressão, de modo que, a partir do primeiro Presidente da República, que se considerava como intocável em relação às críticas, desencadearam-se desde então "medidas de restrição à liberdade de imprensa, de espancamento de jornalistas" e "de empastelamento de jornais"⁶. Tais práticas não mudaram e até agudizaram-se com o segundo Presidente, que "comete arbitrariedades", perseguindo "de modo implacável os inimigos ou quem lhe fazia qualquer reparo"⁷.

Nessa linha, na gênese republicana brasileira, "a coisa que mais exasperava" os governantes "era a imprensa", ou liberdade de ainda, como consideravam, "a excessiva liberdade de imprensa"8. Desse modo, "os governos republicanos de Deodoro e Floriano fecham vários jornais", fazendo o periodismo "sofrer violência" exacerbada, expondo "uma nascente República pouco tolerante com a imprensa comparação com o Segundo Império"9. Foi um momento em que "a imprensa independente teve uma existência amargurada e precária", por causa das "medidas draconianas do governo", de maneira que "o jornalismo passou por terríveis provações", pois, além dos "atos

⁶ BASBAUM, Leôncio. *História sincera da República de 1889 a* 1930. 4.ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976. p. 44.

⁷ IGLÉSIAS, Francisco. *Trajetória política do Brasil (1500-1964)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 201.

⁸ LUSTOSA, Isabel. *Histórias de Presidentes: a República no Catete*. Petrópolis; Rio de Janeiro: Vozes; Fundação Casa de Rui Barbosa, 1989. p. 150.

⁹ BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica: história da imprensa brasileira*. 4.ed. São Paulo: Ática, 1990. p. 119.

abusivos de autoridades públicas, foram assaltadas e destruídas oficinas e redações de jornais oposicionistas" e ainda "presos e desfeiteados os seus redatores" 10.

As medidas repressivas colocaram em xeque os rumos do jornalismo e, notadamente, da imprensa caricata. Nesse sentido, os caricaturistas sofreriam fortemente com a repressão governamental e, como "a intolerância dos governos marechalícios lhes tirasse a liberdade"¹¹, tiveram que refrear suas posturas críticas. Foi o caso da época de Floriano Peixoto, que, sob uma "chuva de sátiras", recebeu "a denominação de *marechal de ferro*" e procurou "consolidar o regime republicano siderurgicamente e com humor de temperatura abaixo de zero"¹², uma vez que o deleite "com o humor e o riso abundante é eminentemente contrário" ao ato de "se esforçar para manter toda a vida sob controle"¹³.

Nos últimos decênios imperiais, com menor ênfase, e com bem maior evidência nos primórdios republicanos, aparecia a repressão como mecanismo fundamental de controle sócio-político, sendo a mesma

⁻

 ¹⁰ FRANCA, Geminiano da. *A imprensa e a lei*. Rio de Janeiro:
 A. Coelho Branco Filho Editor, 1936. p. 87-88.

¹¹ MONTEIRO LOBATO, José Bento Renato. A caricatura no Brasil. In: *Ideias de Jeca Tatu*. São Paulo: Brasiliense, 1946. p. 19.

¹² RUI, Jota. *A alegre história do humor no Brasil*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1979. p. 123.

¹³ BREMMER, Jan. Piadas, comediógrafos e livros de piadas na cultura grega antiga. In: BREMMER, Jan & ROODENBURG, Herman (orgs.). *Uma história cultural do humor*. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 43.

associada à violência14, constituindo "o objetivo óbvio e direto de emprego" dos atos violentos o de "destruir os adversários políticos ou colocá-los na impossibilidade física de agir com eficácia", ou ainda, se não for para aniquilar os inimigos, ao menos "dominar resistência e vontade"15. A formação histórica brasileira, com evidência ao período republicano, desde os seus anos iniciais, trouxe consigo uma prática coercitiva para com um suposto cidadão - que muitas vezes sequer era consciente de tal condição -, prevalecendo, ao longo do tempo, a presença do marmelo, da lambada, da chibata, de modo que muitos "entraram no pau, no sarrafo, no cacete, no porrete, no bordão, na manguara, na vara, no cipó, na borduna", havendo ainda "o couro, o bacalhau, o chicote, o relho, o açoite, o laço". Nesse sentido, "as técnicas continuaram a diversificar-se" ao longo das décadas, de maneira que "mudam as técnicas", mas "permanece o espírito da lei", ou seja, "o bom cidadão é o cidadão amansado, inativo"16.

Em se tratando do Rio Grande do Sul nos tempos imperiais, o caudilhismo, o mandonismo e o clientelismo abriram espaço para as ações repressivas violentas. Uma vez instalada a forma republicana, com a presença da ditadura castilhista e dos grupos que a ela se opuseram,

¹⁴ ZANONE, Valerio. Repressão. In: BOBBIO, Norberto et al (dir.). *Dicionário de Política*. 4.ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1992. v. 2. p. 1107.

¹⁵ STOPPINO, Mario. Violência. In: BOBBIO, Norberto et al (dir.). *Dicionário de Política*. 4.ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1992. v. 2. p. 1295.

¹⁶ CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. p. 309.

anos inicias da República, houve ainda nos nos índices de "crimes violentos incremento quantidade maior do que em qualquer período equivalente a este", com a evidência de "que grande parte do terror, se bem que absolutamente não todo, foi obra dos republicanos" castilhistas¹⁷. Assim, a formação republicana rio-grandense-do-sul foi marcada "arbitrariedades e matanças" e os castilhistas trouxeram consigo "um período de violências e perseguições", as quais "mais fizeram recrudescer a radicalização política"18. Nessa época, os adversários do castilhismo foram "submetidos ao ultraje do arbítrio dos republicanos", de modo que, do "recurso à força, Castilhos não fez uso morigerado"19.

A ação repressiva de parte dos castilhistas "foi sistemática" e "começou logo depois da proclamação da República", ocorrendo o "terrorismo" como "instrumento político" utilizado pelos governistas²º. Além disso, os seguidores de Júlio de Castilhos usaram para com os inimigos de atos coercitivos e da "ridicularização social", como "uma espécie de antessala"

¹⁷ LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975. p. 61.

¹⁸ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A Revolução Federalista*. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 85.

¹⁹ SANTO, Miguel Frederico do Espírito. O PRR e a captura do poder. In: FLORES, Hilda A. H. (org.). *Revolução Federalista*. Porto Alegre: Martins Livreiro; Nova Dimensão, 1993. p. 98-99.

²⁰ MOTTA, José do Patrocínio. *República fratricida – revoluções rio-grandenses de 1835-1932*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1989. p. 50.

do exercício do poder pela violência"²¹. Passou então a dominar uma "violência notória e grassante", a qual "ganharia foros de tragédia social". Nesse quadro, "quando a violência chega aos chefes e lideranças proeminentes", a mesma já havia se "tornado comum para os pobres e desafortunados submetidos à capangagem e à lei da espada"²².

Os periódicos ilustrados e humorísticos sul-riograndenses, com suas caricaturas e textos carregados de crítica, ironia e contestação sentiram muito de perto as práticas coercitivas contra seus proprietários, editores, redatores e desenhistas, havendo constantes ameaças contra a sua continuidade, bem como denunciaram os atos repressivos e violentos praticados contra a população. A imprensa caricata rio-grandense passou por uma etapa de significativo progresso qualitativo e quantitativo nos decênios finais dos Oitocentos. Nessa época, houve a circulação de hebdomadários ilustrados e crítico-humorísticos nas cidades de Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas, com títulos como *Fígaro* e *O Século* (porto-alegrenses), *Cabrion* e *A Ventarola* (pelotenses) e *O Diabrete, Maruí* e *Bisturi* (rio-grandinos), os quais por

²¹ FLORES, Elio Chaves. *No tempo das degolas: revoluções imperfeitas*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1996. p. 51.

²² FLORES, Elio Chaves. A consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo oligárquico – da proclamação da República à Revolução de 1930 – Primeira República (1889-1930). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. p. 64-65.

diversas vezes se manifestaram perante a violência e a repressão²³.

.

²³ A respeito da imprensa gaúcha voltada à arte caricatural, ver: FERREIRA, Athos Damasceno. Imprensa caricata do Rio Grande do Sul no século XIX. Porto Alegre: Globo, 1962. Breves históricos de cada um dos periódicos abordados podem se encontrados em: ALVES, Francisco das Neves. A mulher e a caricatura no Rio Grande do Sul: três estudos de caso. Lisboa; Rio Grande: Cátedra Infante Dom Henrique; Biblioteca Rio-Grandense, 2019. p. 9-12, 35-36 e 66-69.; ALVES, Francisco das Neves. A mulher transmutada em símbolo no periodismo caricato porto-alegrense do século XIX. Lisboa; Rio Grande: Cátedra Infante Dom Henrique; Biblioteca Rio-Grandense, 2020. p. 22-23 e 40-41.; ALVES, Francisco das Neves. A mulher e o casamento nas páginas do hebdomadário gaúcho O Século. Lisboa; Rio Grande: Cátedra Infante Dom Henrique; Biblioteca Rio-Grandense, 2019. p. 7-8.; ALVES, Francisco das Neves. A representação através do feminino na caricatura pelotense oitocentista. Lisboa; Rio Grande: Cátedra Infante Dom Henrique; Biblioteca Rio-Grandense, 2020. p. 9-10 e 45-46.; e ALVES, Francisco das Neves. A pequena imprensa rio-grandina no século XIX. Rio Grande: Editora da FURG, 1999. p. 170-217 e 219-243.

SUMÁRIO

À época imperial / 21

Nos primeiros tempos republicanos / 77

À época imperial

O Império Brasileiro caracterizou-se por uma estrutura socioeconômica embasada na escravidão, de modo que uma grande massa populacional não tinha seguer o direito à existência como indivíduo, sendo tratada como mercadoria. Para os detentores do poder o trabalho escravo seria fundamental para a continuidade regime, tanto que as medidas abolicionistas caracterizaram-se como paliativas e procrastinadoras da extinção definitiva do escravismo. Para a população livre pobre, ainda que independente das escravocratas, não havia maiores oportunidades de ascensão social e muito menos de participação política. O domínio político era exercido por uma oligarquia latifundiária que controlava os demais segmentos sociais por meio das próprias relações escravistas ou do clientelismo, o qual, associado ao uso indiscriminado das práticas do patrimonialismo e do mandonismo, colocavam os oligarcas em posição de julgarem-se detentores dos destinos dos demais integrantes da sociedade, chegando a submetê-los à repressão e à violência. Tais práticas coercitivas encontraram nos periódicos caricatos um espaço para divulgação e denúncia.

O periódico porto-alegrense *Fígaro* fez referência às atitudes repressivas e violentas das autoridades governamentais, no caso as policiais. A incursão ao tema deu-se por meio de desenho que trazia uma cena noturna, em meio a uma rua com iluminação limitada,

na qual os policiais colocavam-se em postura duvidosa quanto às suas intenções, notadamente por estarem carregando porretes, prontos para entrar em ação. A legenda da ilustração era: "O aspecto da polícia de Porto Alegre inspira uma confiança medonha", diante da qual, "o transeunte prudente descreve o melhor arco de círculo que pode, ao aproximar-se-lhe". Carregando nas tintas da ironia, a folha caricata sugeria que a população não poderia confiar nas autoridades policiais, preferindo passar ao largo das mesmas, sob risco de sofrerem com possíveis ações violentas (FÍGARO, 24 nov. 1878).



Já o pelotense *Cabrion* apresentou atos persecutórios da polícia em relação a um indivíduo sobre o qual recaíram apenas algumas suspeitas, obstinando-se em encontrá-lo em vários lugares da cidade, até mesmo embrenhando-se no mato para tentar apreendê-lo. A narração do periódico acerca do fato começava com a determinação do delegado de que dois

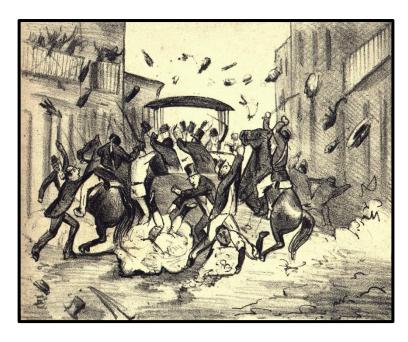
policiais cercassem a porta do suposto suspeito já ao amanhecer, o que não se efetivou com a evasão do implicado, desencadeando-se uma ferrenha perseguição, a qual só foi concluída em pleno matagal, nos arredores da cidade (CABRION, 30 mar. 1879).

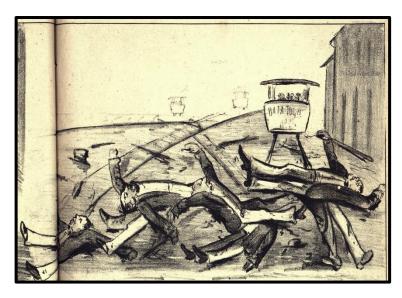


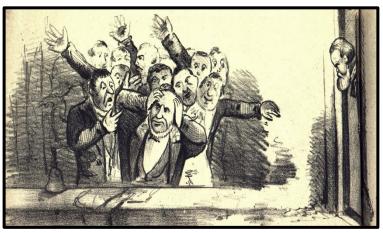


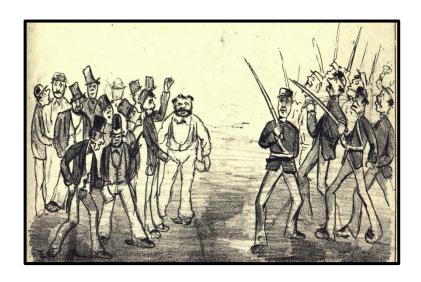
Uma crise ocorrida no Rio de Janeiro foi retratada pela publicação rio-grandina *O Diabrete*, que descreveu uma revolta da população motivada pela necessidade do desembolso de um vintém. Nesse sentido, afirmava que, inspirada pelo gasto de um vintém, revoltara-se "o povo contra o governo, e este, por sua parte", mandou

"esfregar o Zé Povinho". Na parte ilustrada, o periódico dizia que o prognóstico de representante da imprensa carioca confirmara-se, com a cena de forte repressão policial sobre a população, tendo por "resultado sete assassinatos pela força pública". Apesar de tanta violência, ao mostrar os políticos reunidos em discussão, a folha destacava que "o governo continua a fazer-se de surdo às reclamações do povo", em atitude que seria repetida pelo próprio imperador, que se escondia, estando a ocultar-se para não ouvir a população. A representação final do conjunto caricatural trazia "o povo", que "paga com sangue o direito que tem de gritar", frente a frente com as forças de repressão, prontas para atacá-lo (O DIABRETE, 11 jan. 1880).



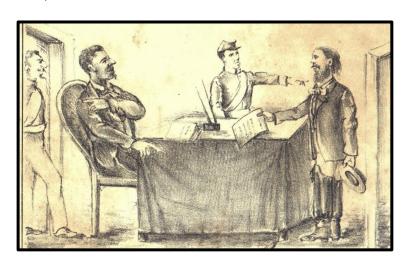




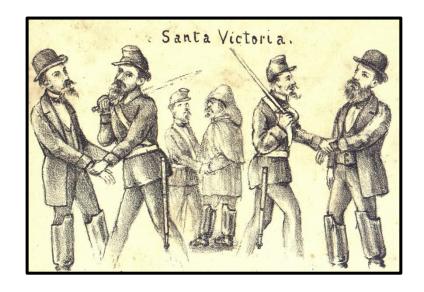


Um caso de abuso de autoridade foi tratado de maneira jocosa e sarcástica nas páginas de O Diabrete, constituindo um acontecimento inusitado, pelo qual, na localidade fronteirica de Santa Vitória, um juiz municipal, passou a fazer exigências quanto à indumentária daqueles que compareciam às sessões por ele presididas. Na concepção da autoridade pública, a utilização de botas seria inaceitável em suas audiências, provavelmente por considerar tal peça de vestuário rústica e não concernente aos princípios considerados civilizados com os quais ele pretendia conviver, chegando ao cúmulo de ameaçar com severa punição àqueles que porventura infringissem determinações. Na primeira inserção do tema, diante da autoridade judiciária, um policial expulsava indivíduo que calçava botas, ao passo que a legenda comentava: "O etíope juiz municipal de Santa Vitória jurou aos seus deuses mandar esfolar a todos quantos se apresentarem

de botas em suas audiências!"; vindo a concluir que se tratava de um "Forte pedante!..." (O DIABRETE, 25 set. 1880).



O ocorrido permaneceu repercutindo nas edições da folha caricata, a qual veio a denunciar que o tal jurisconsulto havia ampliado suas ordens para o conjunto da comunidade, com as forças policiais perseguindo os moradores que utilizavam aquele tipo de calçado, enquanto o semanário comentava: "O etíope juiz de Santa Vitória resolveu mandar meter na cadeia todos quantos andavam de botas dentro da vila. Safa!!..." (O DIABRETE, 3 out. 1880). Os gracejos por parte do periódico para com o insólito fato foram também manifestados por meio de versinhos com o sugestivo título "Santa Vitória – Ao Dr. Antonino Bota" (O DIABRETE, 7 nov. 1880).



Meu Dr. a tua fama Já não pode ir mais além!... Não há criado ou mucama, E engraxate também, Que não faça uma epopeia Endeusando essa cachola, Que mesmo não dando em bola, Prima sempre pela ideia!... Quando não produz pipocas Condena, fulmina as botas!...

Teu *decreto* não consente, Que ante a tua majestade Esse calçado indecente, Contrário à civilidade, Seja usado em plena audiência!... Pois com *pés* ilegais, Ordena tua sapiência, Ali ninguém volte mais!...

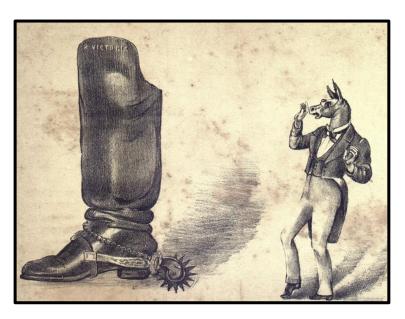
E, se voltar, já tens dito, É expulso!... e... bem bonito!...

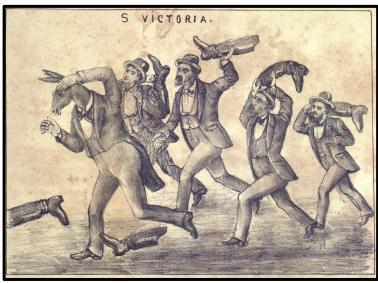
Merino crespo pelego
Que teu cérebro acoberta,
Nos explica a guerra aberta,
Que votas ao couro grego
Ou da Rússia, por ser grosso!...
E sendo tu um colosso
Pela tua autoridade,
Decretastes por bonito
Só ser da legalidade
Couro de cabra ou cabrito.

Sendo a tudo autorizado
Também deves decretar,
Que todos devem usar
O cabelo bem frisado!...
Etcétera e tal... pontinhos
Tu que sabes... eu que sei!...
Por brancos nós passaremos!...
Pois andamos frisadinhos!...
Como os moços... bem janotas...
Mas nada de usar de botas!...

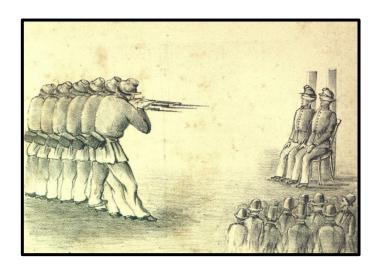
Se tal decreto Doutor.
Apesar de Afro-Bahia,
Eu te direi... sim senhor,
Já a tua bizarria
Pode às moças pretender,
Pois ninguém pode saber
Se o pelo é crespo ou frisado.
Se usares poudre de riz,
O então serás feliz,
Ficarás esbranquiçado!...

Tomando abertamente partido diante do caso da proibição das botas em Santa Vitória, o hebdomadário rio-grandino representou o juiz por meio de um misto de aparência antropomórfica e zoomórfica, transformandoo em um burro, com toda a conotação negativa em torno de tal figura, como sinônimo de estúpido ou tolo e, em essência, associada à carência ou falta de inteligência. Na ilustração o homem/animal se assustava com um enorme calçado daquele tipo, aparelhado com poderosa espora, sendo acompanhada pela chistosa observação: "Bota implacável!... Pavorosas esporas!... Não me cutuqueis, como fazeis ao meu semelhante!...! Não te persigo mais!" (O DIABRETE, 7 nov. 1880). A conclusão do episódio deu-se por meio da publicação de mais uma caricatura identificada apenas por "S. Vitória - Um sonho do Dr. Antonino", na qual a autoridade pública judicial, ainda transmutada em burro, fugia população revoltada, que o perseguia armada de botas, pronta a lançá-las sobre o juiz/burro que, apavorado, buscava proteger-se (O DIABRETE, 14 nov. 1880).



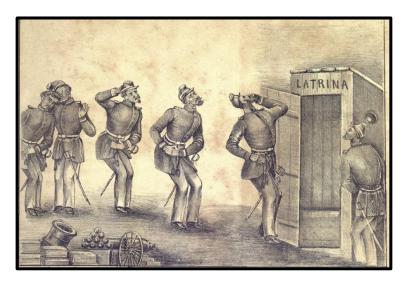


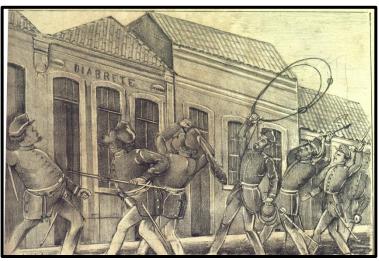
O recrudescimento da violência por parte das forças repressivas estaria se avolumando tanto que O Diabrete chegou a imaginar um pelotão de militares que fuzilava alguns de seus companheiros de farda bem em frente à população. A legenda era incisiva: "Conta-nos que por esses dias teremos de presenciar este horrível espetáculo". Além da demonstração de poder que ficava explícita na denúncia, havia também uma questão de fundo envolvendo as "nomeações da guarda nacional do Rio Grande", com o questionamento se elas sairiam ou não. Diante disso, o periódico perguntava as motivações daquele "diabo de demora", de modo que, "se o presidente da província está mal conosco, seja franco" e "desengane a gente de uma vez". Por meio de um gracejo, o semanário dizia que "alguns dos cidadãos que foram incluídos na proposta" para aquela guarda, já estariam "com a fazenda em casa para mandar fazer o fardamento", não se aguentando em si para obter a resposta definitiva. Havia também em jogo as disputas e rivalidades com a vizinha cidade de Pelotas, que poderia estar de olho nos "postos da guarda nacional que pertencem" ao Rio Grande, de modo que seria preciso o mais pronto esclarecimento para que estes não continuassem "a esperar por sapatos de defuntos", já que seria preferível "a franqueza" e "um desengano cruel" do que uma "embromação de longos meses". Frente a esse intrincado caso e dando ênfase ao caráter violento que cercava o meio castrense, a folha criou a representação imagética do fuzilamento (O DIABRETE, 31 out. 1880).



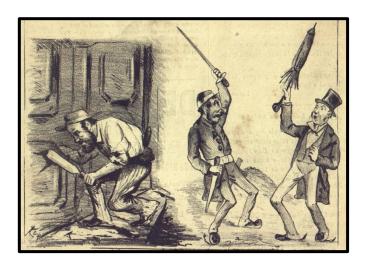
Apesar do caráter belicoso dos membros da guarda nacional, a publicação caricata rio-grandina chegou a contestar os limites da coragem dos mesmos, uma vez que, na possibilidade de um conflito brasileiroargentino, todos estariam deixando de lado canhões e munições e a sentir - ou simular - moléstias que afetavam sua saúde, embora se encaminhassem à latrina, em sinal de uma expressão popular de que os soldados estariam "se borrando de medo". A inscrição que acompanhava a gravura era: "Os nossos oficiais da briosa, ao ouvirem falar em guerra com os argentinos, têm sido atacados de certa moléstia a que dão o nome coliques" (O DIABRETE, 21 nov. 1880). Refletindo acerca do espírito violento que comandava as forças policiais e militares no país, O Diabrete imaginou o tipo de reação que suas recentes críticas poderiam acarretar, trazendo por meio de ilustração um possível ataque às suas oficinas por meio de repressivo empastelamento. Sobre tal possibilidade, a folha comentava que "os senhores da

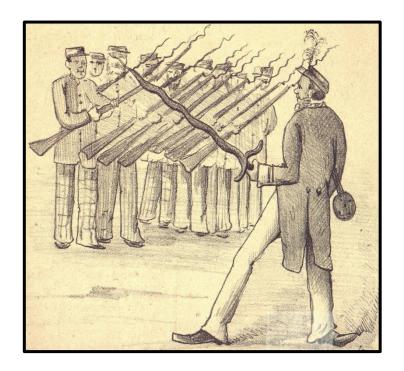
briosa juraram a seus deuses, dar-nos cabo", embora não se rendesse à intimidação e reagia, declarando: "Ora que graça pesada" (O DIABRETE, 28 nov. 1880).





Ainda na linha de denúncias quanto às forças repressivas, o rio-grandino Maruí trazia desenho no qual demonstrava o quanto difícil era a vida do brasileiro, ameaçado em suas posses, com a presença de um ladrão em sua residência e em sua integridade física, com a iminente agressão de parte de um policial. Perante tal situação, o periódico comentava com exortação: "Assalto à propriedade e à vida do cidadão - Clamamos aos altos poderes do Estado" (MARUÍ, 1º ago. 1880). Em outra oportunidade, o semanário buscava apresentar exorbitância de poder por parte de uma autoridade pública, que empunhava uma enorme espada - símbolo do próprio poder -, além de ter uma férula embaixo do braço - em alusão à repressão promovida por meio da palmatória -, ao passo que seus comandados mantinham a orientação do líder, ao se encontrarem fortemente armados. Na cena o comentário era lacônico, mas preciso: "O guarda-mor da alfândega celebriza-se nas suas funções" (MARUÍ, 15 ago. 1880).





Uma das mais detalhadas descrições sobre atos arbitrários e atentatórios às liberdades individuais foi realizada a partir de um conjunto caricatural publicado pelo *Maruí*. Em tom denunciatório, o título já questionava: "Estaremos no tempo do despotismo ou da inquisição?", de maneira que, com aquela inserção pretendia manifestar um aviso às autoridades públicas, esclarecendo que aquelas eram as "misérias do Rio Grande, com vista aos Ilmos. Srs. chefe de polícia, juiz de direito e promotor público". Os primeiros quatro quadros tratavam da conversa entre dois indivíduos de origem britânica que discutiam sobre uma dívida de um para com o outro, negando-se o devedor a aceitar a

existência da mesma, de modo que ambos desentendem acintosamente. Ao andar pela rua o propalado credor, acabou por ser preso pela força policial, "não sendo encontrado com arma alguma", de modo que seu aprisionamento deu-se "pela autoridade sem flagrante". Passados dois dias, o prisioneiro "vai no meio de dois soldados ser interrogado", voltando "de novo para a cadeia sem nota constitucional ou culpa". O hebdomadário chamava atenção para o fato de que, apesar da ascendência do implicado, "o cônsul descansa, sem tomar parte no ocorrido com o seu desprotegido concidadão", mostrando o diplomata sentado e fumando tranquilamente, com as pernas para o ar, ao passo que o provável devedor "esfrega as mãos de contentamento" por evitar o pagamento. Daí em diante seguem-se outras cenas de atentados contra os direitos individuais. Foi o caso de um subdelegado que, "de chicote em punho", deslocou-se "até a cadeia maltratando uma preta", lhe desferindo bengaladas. Também foi denunciado que "a polícia corta à espada um pobre preto, a ponto de ser preciso" levá-lo para assistência médica. A folha apontou ainda que, "na cadeia, cinco indivíduos estiveram prestes a morrer de fome", vindo a considerar que, diante disso, estariam as autoridades "saltando por cima da reforma judiciária", o que seria confirmado pela condução indevida de um "preto livre" por parte dos policiais. Em outra situação, citava que "o preto Agostinho, livre, é reduzido à escravidão e surrado todos os dias pelo subdelegado". Trazendo indivíduos metamorfoseados em jornais, a publicação caricata alegava que, enquanto tudo aquilo acontecia, "a imprensa séria nem pia a tal respeito". Ao final, um bobo da corte estilizado, simbolizando o periodismo voltado à

caricatura, declarava que "o *Maruí*, que é imparcial e justiceiro, será implacável para os abusos que constantemente se reproduzem" (MARUÍ, 20 mar. 1881).





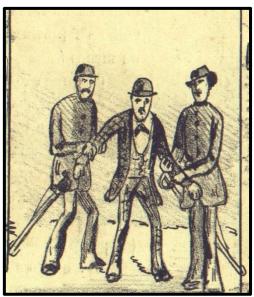


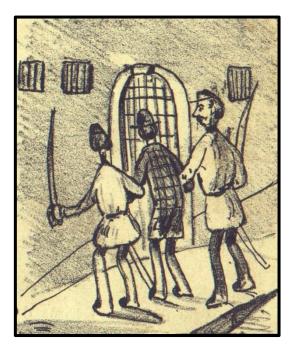


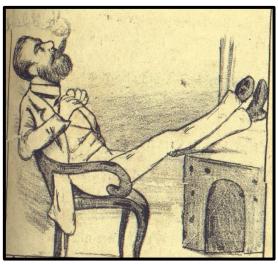








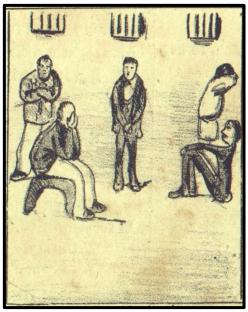


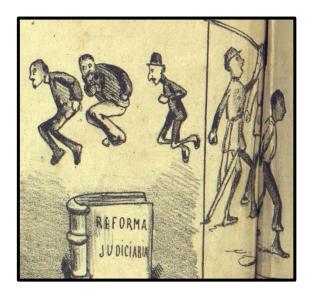


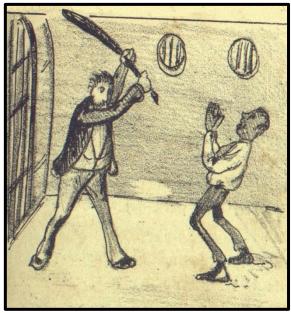


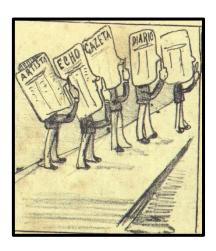










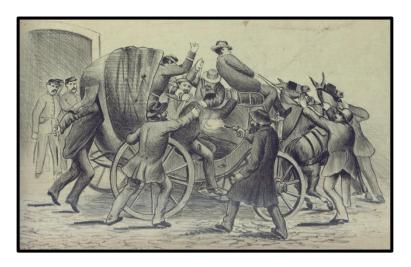


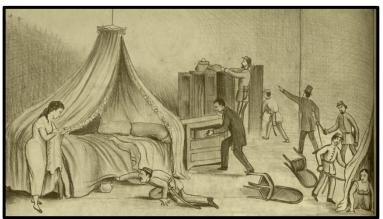


O semanário ilustrado e humorístico portoalegrense *O Século* não deixou de também salientar atos coercitivos de parte das autoridades públicas. Um deles foi o assassinato de um jornalista, tratando-se de Apulcro de Castro, baiano de nascimento, que militava

na imprensa carioca, redigindo uma publicação crítica de antimonárquico, denominada ideário Combate, sofreu ferrenhas perseguições, ataques empastelamentos. A culminância de tal processo ocorreria com o assassínio do escritor público por parte de militares, e a folha caricata da capital gaúcha trouxe não só o retrato do morto, quanto uma reprodução da ação criminosa (O SÉCULO, 2 dez. 1883). Já em outra denúncia, o periódico destacava a ação invasiva da força policial, atentando contra a integridade e a intimidade do lar, cena acompanhada pela legenda: "Proezas da polícia na casa do Sr. João Tobino. Em procura de negros fugidos. Vade-retro, Satanás!" (O SÉCULO, 16 mar. 1884).



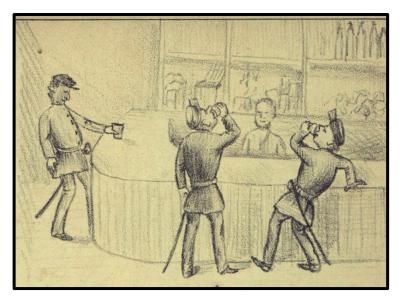


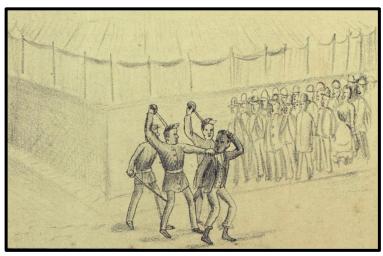


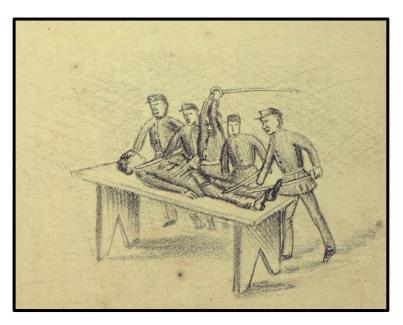
Nos estertores da época imperial, a publicação pelotense *A Ventarola* continuou a jornada de acusações contra os atentados infringidos em relação à liberdade. Uma dessas denúncias ocorreu em uma noite na qual "a polícia experimentou a têmpera" de suas espadas "nas costas e no abdômen de um infeliz liberto que não havia

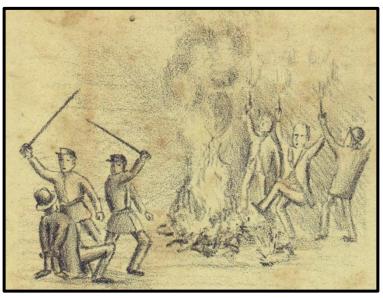
cometido o menor delito". De acordo com a folha, os policiais estariam sob efeito de "um copito de sumo de cana doce", sugerindo que os mesmos estavam bêbados, de maneira que, por inspiração do "tal sumo" saíram a distribuir pancadas, tendo os pretos como preferência de seus ataques. Ainda aparecia a força pública pronta para estraçalhar um homem sobre um banco, diante do que o periódico constatava que, "quando apenas quatro praças fazem tamanho barulho, o que não faria a polícia se o número de beneméritos fosse maior?..."; ao que respondia dizendo: "guisadinho das carnes de um cidadão". O cenário repressivo e violento permanecia, com o hebdomadário optando por versinhos como legendas. Um deles era: "Entre nós soa o estouro/ Nas costas do cidadão/ Como soa um arcabuz/ Em noite de São João"; para depois arrematar com uma cena de perseguição: "Ainda há quem não deseje/ Dizer mal da sua sorte.../ -Mas não faz parte, por certo/ De quem leva atrás a morte." (A VENTAROLA, 18 mar. 1888).









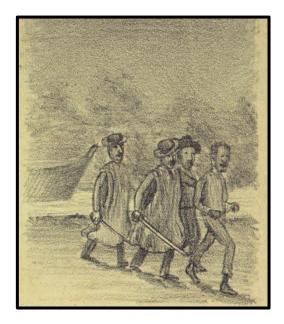




Outro conjunto de desenhos publicado por A Ventarola apresentava perseguições de autoridades públicas, envolvendo uma motivação racial. Nesse sentido, a força policial encontrava um negro em um local onde tocava música, vindo a interpelá-lo: "O que fazes aqui meliante? Não sabes que negro é cisco, e que como tal não se pode deliciar nas melodias do pandeiro? Estás preso, marcha!". O indivíduo era levado à força, ameaçado e xingado pelo caminho, com termos profundamente racistas: "Agora meu orangotango, vais ver de quantos paus se faz uma canoa. Esta brava gente há de mostrar-te o gosto" de uma lambada. O aprisionado chega a intentar uma fuga, mas foi apanhado em um barco e, além das agressões, foi jogado à água, com novas imprecações: "Temos afogado muito anfíbio. Não é demais que meçamos o peso das nossas durindanas no crânio deste atrevido que se deleitava a

tocar pandeiro". Diante disso, o chefe da polícia aparecia assinando documento em que confirmava a versão de seus subordinados, atestando que "a morigerada polícia deu passagem desta para outra melhor a vida, ao cidadão Clarimundo, bem intencionadamente", de modo que ele teria morrido de "morte morrida". Frente a dois indivíduos, representando a opinião pública e a lei, o bobo da corte – designando a arte caricatural – confirmava que houvera "um horroroso assassinato", de maneira que apontava para os outros dois em direção à imagem que simbolizava a justiça, declarando que o povo ainda estaria a acreditar em um julgamento justo (A VENTAROLA, 8 abr. 1888).

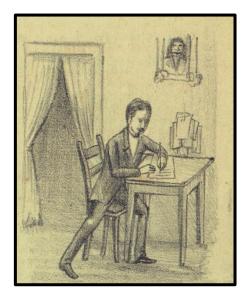




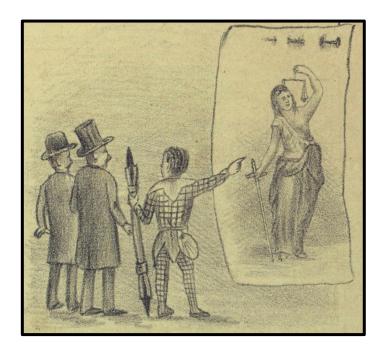








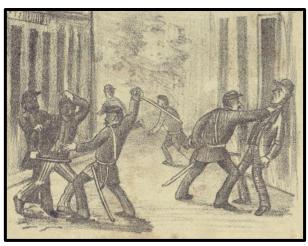


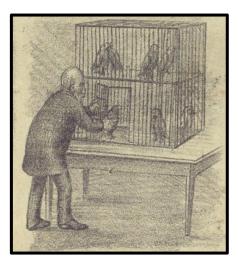


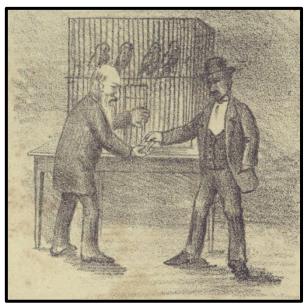
quanto aos abusos autoritários. Ainda semanário pelotense mostrava a polícia agredindo moradores de uma residência, informando que "dois meirinhos acompanhados de outros tantos beleguins" assaltaram uma casa, e, ainda que tivessem levado um "mandado de penhora, entenderam que deviam espancar aquele infeliz" proprietário "e toda a sua família", conduzindo-os "para a cadeia civil com ordem de prisão". Ao final, a folha exclamava: "Em que terra estamos!! Santo Deus!... (A VENTAROLA, 4 nov. 1888). Em mais uma cena de violência policial, o periódico questionava a idoneidade da chefia da força coercitiva, por escolher quais os "pássaros" deveriam continuar presos e aqueles a ser libertados - mediante suborno -,

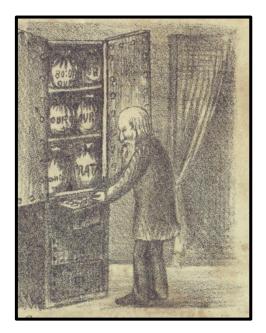
garantindo-lhe amealhar importantes somas. Em conclusão, o bobo da corte constatava: "Enfim, como o direito do anzol é ser torto, infere-se que a polícia anda otimamente" (A VENTAROLA, 11 nov. 1888).





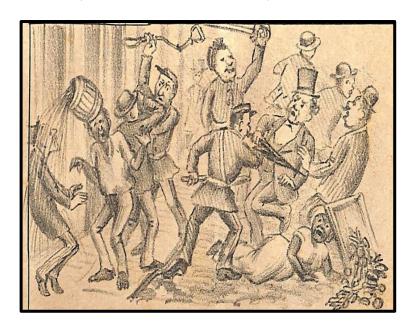








Sob o título "Fatos policiais", A Ventarola insistia no tema da violência contra a população por parte da força pública, que partia para a agressão à população, cena acompanhada pela legenda: "A nossa polícia tem tomado um fartão! O pobre Zé-Povinho tem sido espaldeirado a valer!". Segundo a folha, os policiais não poupavam nem as crianças, afirmando que, "quando lhe escasseiam os grandes, o chanfalho é descarregado sobre os pequenos" (A VENTAROLA, 31 mar. 1889). Ainda no campo das denúncias, o semanário mostrava outro episódio de prevalecimento de força por parte da polícia, em gravura acompanhada pela afirmação: "Continua a nossa polícia a mimosear o pobre povo com estouros e murros" (A VENTAROLA, 7 abr. 1889).





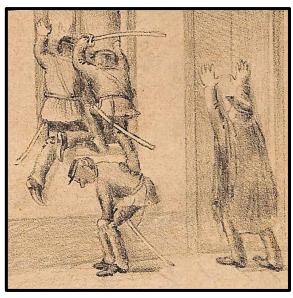


As críticas do hebdomadário pelotense foram firmes ao acusar a violência policial, como foi o caso da referência à "nossa dissoluta e criminosa polícia", que, "indisciplinada e maldita", reuniu-se para planejar seus atos, vindo a escolher "para sua vítima o desgraçado crioulo Salvador Barcelos". Descrevia que os "quatro celerados" policiais, garantidos "pela impunidade, dirigiram-se a casa onde se achava Salvador" e, como não foram atendidos ao bater fortemente na porta, "quebraram os vidros de uma janela e invadiram o asilo do cidadão, onde não se dava o menor delito". A narração continuava, informando que, "sedentos de sangue", os policiais "arrastaram para a rua o mísero e indefeso, vibrando-lhe a durindana como quem se despede", deixando-lhe em tão mal estado, que tiveram de levar-lhe à farmácia e depois ao hospital, onde morreu. Diante disso, ao final, o bobo da corte questionava se o responsável por aquele "horroroso assassinato não há de ser punido?" (A VENTAROLA, 16 jun. 1889).



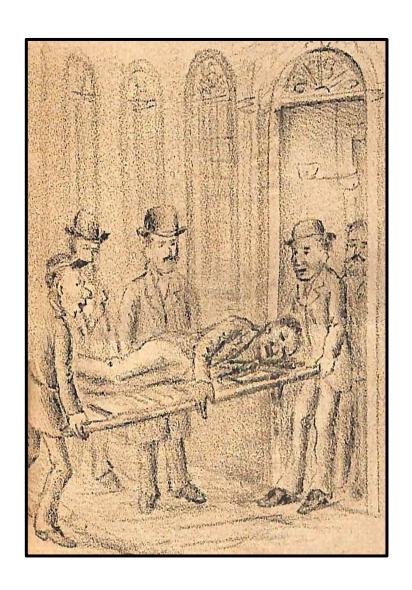








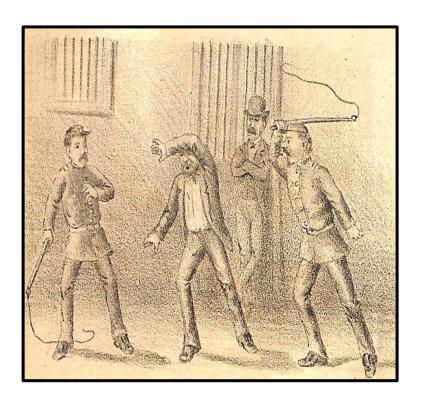


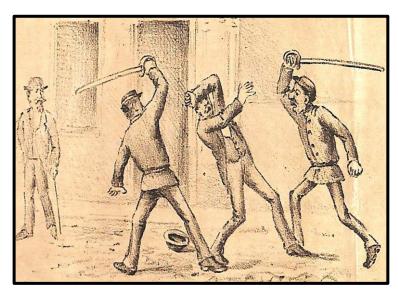


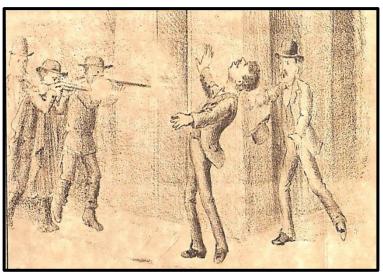


A Ventarola persistiu nas denúncias, como ao mostrar policiais agredindo um indivíduo com o uso de chicotes, com a descrição de que "um estrangeiro" fora "barbaramente seviciado pela polícia" (A VENTAROLA, 15 set. 1889). O fato se repetiu quando um "súdito italiano foi espaldeirado, sendo ferido no rosto" (A VENTAROLA, 6 out. 1889). Os atos violentos chegavam a tal nível que por vezes vinham a redundar em morte, como acusava o semanário, ao dizer que "os crimes da polícia multiplicam-se por toda a parte", como ocorrera

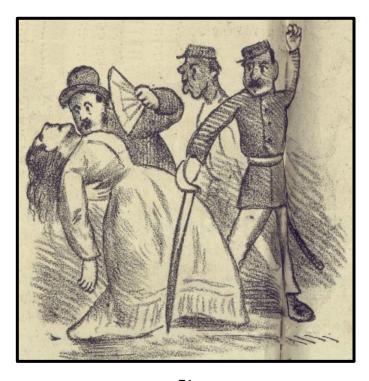
"há pouco", quando "a vítima era um infeliz português, desumanamente tratado pelos dignos agentes da segurança pública", ao passo que, mais recentemente, ocorrera com "um jornalista que, na cidade de Itaqui", foi "varado pelas balas de dois sicários, a soldo do delegado de polícia" (A VENTAROLA, 20 out. 1889).

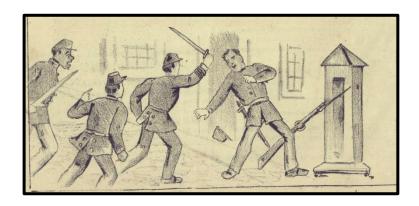






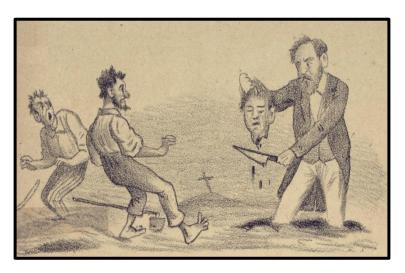
O humorístico e ilustrado rio-grandino *Bisturi*, ainda ao tempo imperial, também trouxe detalhes acerca da repressão e da violência. Uma das denúncias deu-se contra a presença da força pública na residência das pessoas, considerada desrespeitosa, apontando para o fato de que "a polícia assalta o lar doméstico, espanca e insulta as famílias" (BISTURI, 23 jun. 1889). Em tais casos, as autoridades públicas com força de polícia não poupavam nem mesmo seus companheiros de farda, como "o sargento comandante da guarda da alfândega", que "espancou com o sabre a sentinela que se achava no seu posto de honra", sendo que "numerosas pessoas presenciaram a brutal agressão" (BISTURI, 23 ago. 1889).

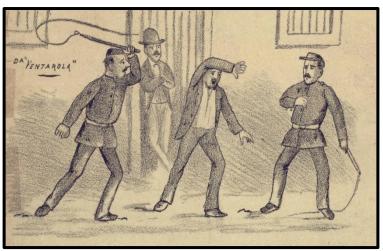


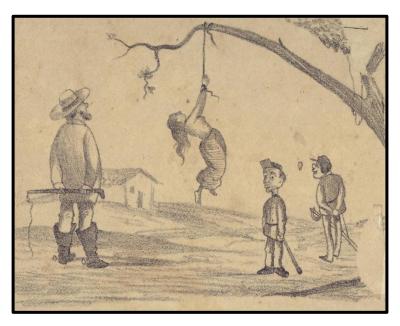


As ações violentas eram tão demasiadas que o Bisturi mostrou que as mesmas eram desferidas até mesmo contra mortos, como fez "o subdelegado do Povo Novo", localidade no interior da cidade do Rio Grande, que cortara "a cabeça do corpo da infeliz Apolinária para remeter o seu crânio a autoridades para averiguarem a causa da morte", diante do que o semanário opinava: "Horrível!... guilhotinada depois de morta". Outra agressão apontada tratava-se de uma citação de A Ventarola, com a indicação de que, "em Pelotas, um estrangeiro foi barbaramente seviciado pela polícia" (BISTURI, 22 set. 1889). O mandonismo local acumpliciado com a força policial esteve dentre as denúncias imagéticas do periódico rio-grandino, ao mostrar um latifundiário, de rebenque às costas e apoiado por dois policiais, supliciando uma mulher amarrada a uma árvore, havendo uma conversa entre ambos: "Senhor Belico, pelo amor de Deus, basta de me martirizar". - "Confessa ou não o roubo?" - "Não fui eu senhor Belico...". A chegada do subdelegado só piorou a situação da vítima, pois a autoridade, não atendendo o

filho da mulher que implorava pela vida dela, expediu a seguinte ordem: "Puxem as cordas bem alto soldados, a ladra não confessa, arrastem ela para o campo e degolem-na" (BISTURI, 29 set. 1889).









Dessa maneira, ainda que o Império Brasileiro, após a derrocada dos movimentos insurrecionais e da conquista da estabilidade político-econômica, tenha sido marcado como um período de razoável liberdade de expressão, os direitos individuais permaneceram sendo fortemente vitimados a partir de atentados de parte das autoridades públicas. Atos violentos e repressivos de forças policiais militares das e constantemente denunciados por parte das publicações humorísticas sul-rio-grandenses, ilustradas e acusavam as ações coercitivas sobre a população. Liberdades individuais e preceitos de cidadania eram ainda moedas raras para o povo brasileiro que submetido bordoadas, espadadas, continuava às cacetadas e chicotadas, entre outras formas de agressão, que não eram poupadas pelo poder público, o qual não cansava de coagir a seu bel-prazer. Ao invés de cidadania, prevaleciam as porretadas.

Nos primeiros tempos republicanos

Uma vez instaurada a nova forma de governo no Brasil, em seguida foi possível perceber que ela não viria a trazer consigo a efetiva realização de preceitos democráticos. Ao contrário, os primeiros governos republicanos, de Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, foram marcados por profundo autoritarismo, com o recrudescimento das práticas repressivas e violentas e ainda com o acréscimo da ampla restrição à liberdade de patrimonialismo o clientelismo expressão. O e continuaram a ser parte rotineira da vida nacional e o mandonismo local chegou a se agravar com a afirmação contínua do modelo oligárquico a partir do qual as estruturas político-partidárias e as articulações entre as diferentes esferas de poder, em geral, garantiam os resultados eleitorais para as forças situacionistas. No Rio Grande do Sul tal processo foi ainda mais ferrenho, com a instalação da ditadura liderada por Júlio de Castilhos. A imprensa caricata, enquanto foi possível, permaneceu denunciando a coerção que atingia a população, como o fez a publicação rio-grandina Bisturi, que se colocou na oposição e na resistência contra os presidentesmarechais e o castilhismo, sofrendo fortes perseguições a partir de tal postura.

Desde os primeiros tempos republicanos, o *Bisturi* mostrou sua insatisfação para com os rumos autoritários e coercitivos que a República Brasileira

adotava. Uma família inteira aniquilada e caída ao chão, tendo perecido pelas mãos das forças governamentais foi uma das denúncias apresentadas pelo periódico, ao relatar que "uma autoridade policial do Povo Novo está ali, com os seus atos de despotismo, fazendo lembrar os tempos medonhos da Inquisição" (BISTURI, 2 mar. 1890). A repressão aparecia também como uma violência figurada, no caso das perseguições à imprensa, ao mostrar um jornalista sofrendo com a espada da deportação fincada em sua cabeça. A esse respeito, o semanário comentava com ironia: "O governo continua garantindo a liberdade da imprensa!!!" (BISTURI, 16 mar. 1890, p. 4). Segundo a folha, nem mesmo a infância escapava à sanha dos governantes, destacando que "a polícia anda ativa, como capitão do mato, na caçada das crianças maltrapilhas" (BISTURI, 20 jul. 1890). Mais uma vez carregando nas cores da ironia, a publicação caricata explicitava que os rio-grandenses poderiam "dizer com orgulho", que o Rio Grande do Sul caminhava "na vanguarda dos países adiantados e civilizados", pois nele havia "autoridades policiais que engolem criança e obrigam livres cidadãos a varrerem ruas". Afirmava ainda ironicamente que tais "autoridades" seriam "dignas de figurarem em monumentos para admiração da geração vindoura..." (BISTURI, 27 jul. 1890).



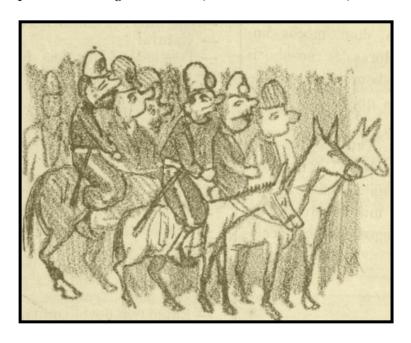


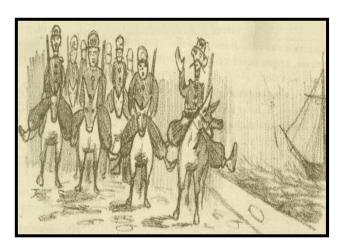


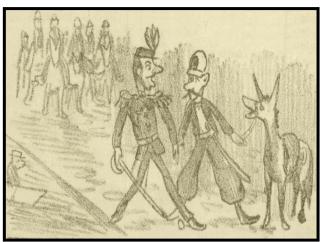


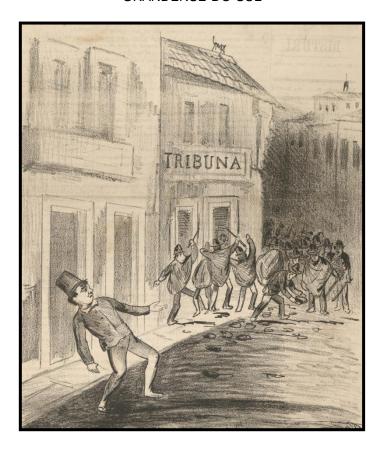
Em relação ao exagerado aumento de forças repressivas na cidade do Rio Grande, utilizando-se de um conjunto de caricaturas, o periódico se referia a "um esquadrão formidável", que atravessara "as ruas a trote largo", vindo "a estacionar à Rua Riachuelo", para depois desembainhar as espadas e perfilar-se à frente da orla portuária, lugar em que "salta em terra um personagem", que veio a conferenciar "com o comandante da brava gente de bombachas", vindo posteriormente a tropa a retornar ao quartel (BISTURI,

24 ago. 1890). Quanto à coerção do jornalismo, a folha deslocava as atenções para o Rio de Janeiro, trazendo a imagem do bobo da corte estupefato diante da cena, descrita como, "na capital federal, coração da República, foi assaltada a empresa tipográfica *Tribuna*, por uma horda de janízaros encapotados". Explicava ainda que "o fato deu-se na Rua do Ouvidor às oito horas da noite e, depois de consumado o delito, é que a polícia compareceu para as investigações e outras imposturas policiais". Já ao fim, comentava com ironia: "Edificante para as nossas garantias!..." (BISTURI, 14 dez. 1890).



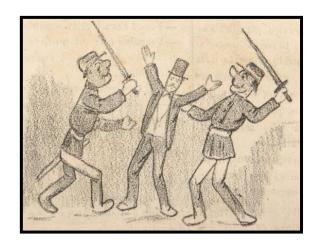


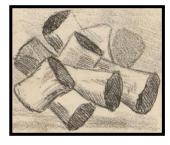


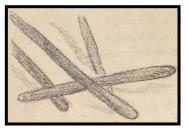


Mais uma vez retratando a repressão, o periódico trazia o desenho de um indivíduo sendo ameaçado por militares armados de espadas, com o comentário: "A tropa de linha que patrulha a cidade, assalta a respeitáveis cidadãos. Estamos em pleno reinado republicano..." (BISTURI, 21 dez. 1890). Na oportunidade de apresentar as previsões para o ano de 1891, o *Bisturi* antecipava que o governo, "para a imprensa livre e independente não esquecerá de um

sortimento de *rolhas*", bem como "mosqueteiros e durindanas, caso as *rolhas* não correspondam ao efeito", além de "uma variada coleção de formidáveis cacetes para auxiliar a *guarda negra* do governo" (BISTURI, 28 dez. 1890). Ainda sobre os atos coercitivos governamentais, o periódico noticiava que, "em Porto Alegre, o chefe de polícia prendeu violentamente o editor da *Reforma*, por causa de um artigo publicado contra o alferes da polícia" (BISTURI, 18 jan. 1891).



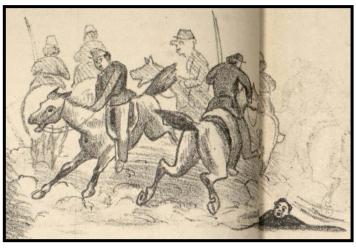






As possíveis manifestações populares voltadas à governamental desaprovação eram fortemente reprimidas, conforme apresentava o semanário ao ilustrar a perseguição de manifestantes por militares a cavalo, contendo a explicação: "No porto rebentou uma revolução, da qual resultou cinquenta e tantas mortes e muitos feridos. Cara vai-se fazendo a República..." (BISTURI, 1º fev. 1891). Para o periódico, as práticas autoritárias e violentas dos governantes não tinham limites, tanto que a cena viria a se repetir, ao mostrar a população submetida ao tacão dos governantes e militares, com destaque para que, na capital do Estado, havia "um quadro bélico temível", com a presença de "espadas em penca" (BISTURI, 17 maio 1891).





A morte e a desolação como consequências das ações dos homens do governo eram denunciadas por meio de um outro conjunto caricatural. Em uma das gravuras surgia uma figura feminina, representando a Vila Santa Isabel, a qual era atacada por malfeitores, diante do que o semanário exigia: "É preciso as autoridades superiores protegerem esta desgraçada Vila, hoje entregue ao domínio e ao punhal de poderosos bandidos...". Bem em frente às habitações, o periódico apresentava a tétrica cena de uma família morta, acompanhada do comentário: "Ali, na pequena Vila, tudo é triste e hediondo, tudo tem uns reflexos sanguinolentos e sinistros. Só impera o bacamarte, o ódio, a vingança, a morte, o luto e as lágrimas...". Segundo a folha, nem mesmo as residências eram respeitadas do achaque das forças de repressão, com homens armados promovendo invasões, de modo que "casas de respeitáveis famílias são criminosamente violadas, sobre fúteis pretextos - de busca - sendo saqueadas e seus chefes ameaçados com estacas". A denúncia se estendia à utilização de bandidos para reforçar as atitudes dos homens de governo, acusando que "um bando de indivíduos malfeitores acompanham as autoridades em todas as suas diligências". A narração chegava a citar casos específicos de violência repressiva, como ao destacar que, "nos campos do senhor Possidônio o corpo do infeliz ex-escravo de P. Porto", que seria "inimigo da autoridade policial" "barbaramente apunhalado, e junto ao seu cadáver dois pequenos cães, que sempre o acompanhavam". Outro caso fora o de "um pobre italiano condenado ao suplício das estacas", o qual "teria morrido se não fosse a intervenção de almas menos perversas". Houve

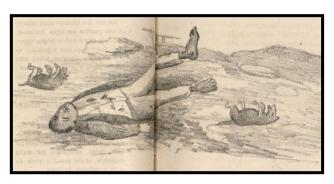
referência também ao "pobre moço Fileto Porto", para o qual "as autoridades consagram um ódio mortal, que apareceu horrorosamente picado no Passo do Ricardo, estância do senhor Possidônio" (BISTURI, 13 set. 1891).

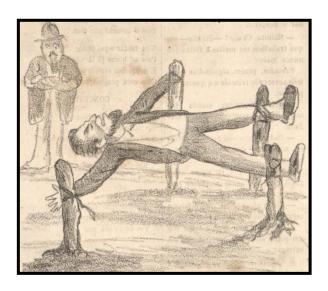






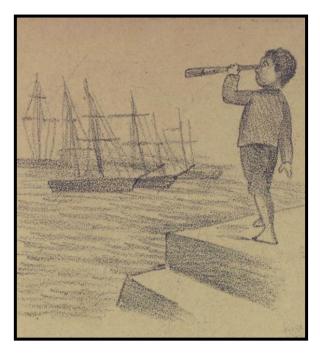


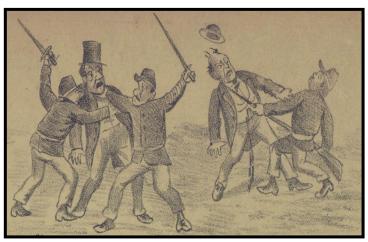






Os atos coercitivos do governo eram apontados em mais um conjunto de caricaturas. Na abertura, o bobo da corte, à beira do cais portuário, olhava por uma luneta, constatando que na cidade vizinha a situação repressiva era grave: "Lá por Pelotas, a tal Ordem e Progresso só" poderia ser "vista por um óculo", já que "a atitude bélica e hostil da força militar e da força pública traz a população profundamente agitada". A folha mostrava homens sendo agredidos pelas forças policiais, comentando que "não há a menor garantia e o cidadão é, plena rua, desrespeitado pela desenfreada soldadesca", constituindo-se "uma completa anarquia". Em outra imagem, surgiam militares perfilados, sobre a legenda: "Os oficiais do 18º não dormem, estão prontos a atacar os inimigos ou defender-se deles...". Na mesma ocasião, outros treinavam para os enfrentamentos: "a briosa oficialidade da Guarda Nacional, que se acha acampada no Fragata, faz exercício diariamente...". A mobilização das tropas também era representada nos desenhos, com a explicação de que foram destacadas "sentinelas para os pontos por onde pode chegar qualquer agressão armada, tomando-se todas providências para que", no "primeiro sinal de alarme todos estejam prontos a fazerem frente ao inimigo". Na concepção do periódico, a bandidagem tomava conta, ao narrar que "a chácara do Sr. Piratinino foi assaltada pela força, furtando cavalhada, louça, roupas, arreios, vinho, açúcar" e "tudo quanto encontraram". Ao final, o bobo da corte retirava-se indignado, constatando: "Ordem e Progresso! Livra-te!!!" (BISTURI, 14 fev. 1892).















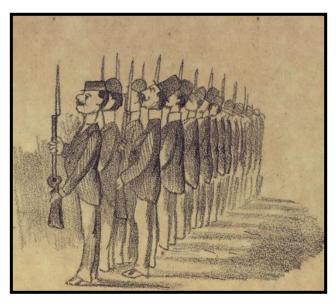


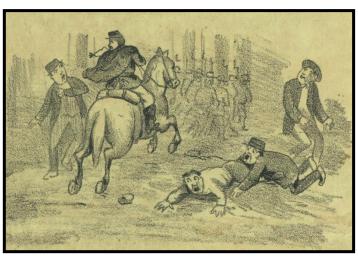
Por ocasião da retomada do poder pelos castilhistas, após breve período de ausência, a folha mostrava a ação repressiva que imputava a tais forças, mostrando-lhes armados até os dentes e controlando os meios de comunicação. Nesse sentido, destacava que eles "à noite reuniram-se no Trocadero, onde estiveram de prontidão e completamente munidos", sendo "os telégrafos imediatamente tomados" (BISTURI, BISTURI, 19 jun. 1892). Ainda na oportunidade da volta de Castilhos ao poder, o periódico mostrava o "grande movimento de tropas, percorrendo as ruas da cidade" e, perante tal quadro, "o povo alarmado contempla medonhamente todo este aparato bélico". Igualmente com ironia, apresentava "um batalhão de patriotas castilhistas, bem armados e disciplinados, prontos a morrerem pela legalidade". Em tal contexto, surgia também a figura de um militar que, a cavalo, trazia o terror para a população, sendo "visto cruzando a cidade, como uma garantia à paz da família rio-grandense". O periódico já previa o recrudescimento da coerção sobre a imprensa, tanto que trazia o bobo da corte a pressentir a chegada próxima do arroxo de uma rolha, avisando que a folha rio-grandina estava apenas a "fazer rir sem alarmar", uma vez que "temos muito medo de sermos arroxado" (BISTURI, 3 jul. 1892).







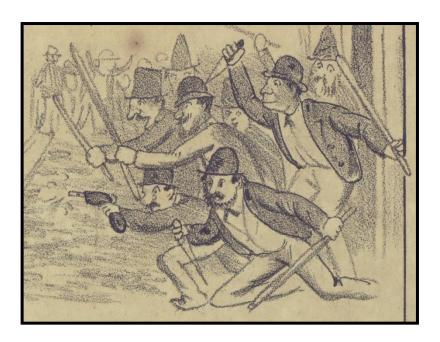






Tendo em vista uma nova visita de Júlio de Castilhos à cidade do Rio Grande, o *Bisturi*, por meio de dois desenhos, intentava demonstrar que um possível apoio popular ao governante não passava de uma farsa, advindo da presença das forças repressivas, caso de um grupo de apoiadores que, "armados de facas e pistolas, foram mostrando de quanto são capazes", surgindo a partir da ação dos mesmos um quadro "medonho", no qual, nem mesmo "velhos, moças e crianças" teriam conseguido escapar "à fúria dos amigos de *bombachas*" (BISTURI, 14 ago. 1892). Em outras duas ilustrações, mais uma vez havia a presença de indivíduos armados aniquilando homens e mulheres, bem como um outro

que levava uma criança atravessada em sua faca. Segundo a folha, "na Campanha continuam as tragédias medonhas, de assassinatos, roubos, degolações e outras perversidades humanas, praticadas em nome legalidade". A publicação caricata denunciava a presença de "malfeitores capitaneados por chefes rancorosos e vingativos", que "assassinam famílias inteiras", praticando a degola "apenas para terem o diabólico prazer de ver os infelizes correrem campo a fora, com a artéria decepada". Apontava ainda que, "depois do saque, os bandidos atacam fogo nos ranchos, para aqueles que escaparem do punhal morrerem à fome e à miséria" (BISTURI, 21 ago. 1892).



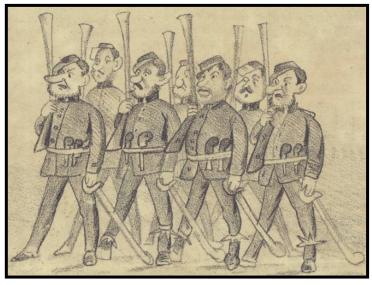






Por meio de outro conjunto caricatural, o periódico trazia ao público gravuras que mostravam desde o planejamento dos governantes de um projeto voltado a criar "um corpo policial", utilizando-se do "cobre do município" e tendo "ordens enérgicas" voltadas à repressão. Em seguida, a folha mostrava tal força, que surgira em uma "perspectiva espantosa, de espada, carabina e duas pistolas", sendo "comandada por um valentão", vindo a andar "feito caçadores de perdizes, farejando por todos os cantos da cidade uma presa qualquer", de modo que a cidade tomou "um aspecto sombrio e pavoroso". Nesse quadro, "os bons chefes de famílias tratavam de se recolher às suas casas", entretanto, um indivíduo, "não usando da mesma prudência, caiu nas mãos dos valientes que o deixaram lavado em sangue". Além disso, "as prisões ficaram repletas" e um "menino teve o arrojo de apresentar-se na Praça Municipal, com uma pequena coroa imperial na gravata, pagando caro o seu atrevimento" (11 set. 1892). Apresentando mais uma cena carregada de violência e morte, com pessoas alvejadas por tiros e decapitadas, além de facínoras encapuzados e de feições suspeitas, o hebdomadário previa que "teremos a guerra civil" e que seria "inevitável esta guerra horrorosa, entre irmãos" e "entre pais e filhos" (BISTURI, 6 nov. 1892).



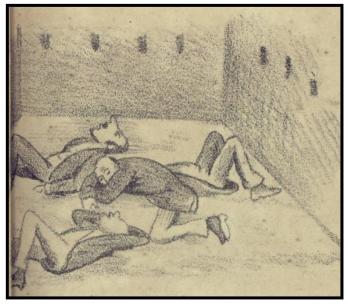


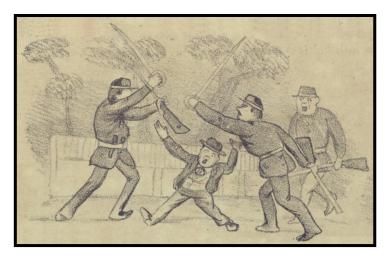








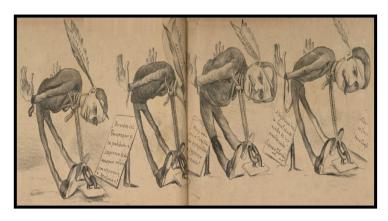






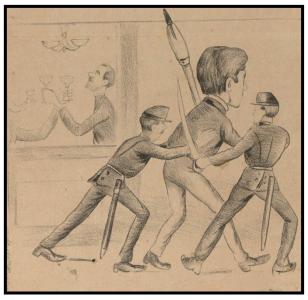


A respeito da coerção às atividades jornalísticas, o Bisturi apresentava gravura dos periodistas locais agrilhoados ao chão, lembrando com ironia que a Constituição garantia a liberdade de expressão, mas que a mesma encontrava-se amordaçada. Uma figura feminina representando a imprensa aparecia sufocada por uma manopla, referindo-se ao poder discricionário governamental, com a legenda: "Estrangulem de uma vez a esta desgraçada, já que não pode gozar de seus libérrimos direitos...". Apareciam também os asseclas do governo, em plena prática repressiva, fortemente silenciando armados, jornais e enterrando Constituição, as garantias individuais e a liberdade de imprensa. Diante de tal quadro, o semanário questionava: "E a tal Constituição para que serve?... Vamos senhores patriotas, abram mais uma cova e enterrem este cadáver já em estado de putrefação". No mesmo conjunto de caricaturas, o proprietário da publicação caricata imagina a sua própria prisão, prevendo um risco que, pouco depois, viria a se confirmar (BISTURI, 19 fev. 1893).





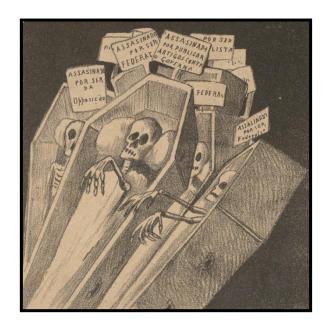




A representação das ações coercitivas sobre a imprensa por meio da rolha foi amplamente utilizada pelo Bisturi, como ao publicar uma caricatura na qual a figura central era um vendedor que anunciava: "Quem quer! Quem quer uma rolha!!!". No desenho ocorria uma verdadeira enxurrada de rolhas, as quais atingiam os mais variados elementos da sociedade, incluindo o diretor do semanário, o qual argumentava que "também nos atiraram uma rolha, mas conseguimos equilibrá-la na ponta do pé" (BISTURI, 26 fev. 1893). Na mesma linha, o periódico anunciava a presença na cidade de um "grande prestidigitador", atribuindo-lhe, jocosamente, a função de "arrancar a rolha da imprensa, trabalho difícil e assombroso". Em tal imagem, aparecia o mágico que, com sua varinha, extirpava as rolhas identificadas com cada um dos jornais rio-grandinos e a silhueta do proprietário do Bisturi aparecia ao fundo, com uma rolha seu crayon. Ao final enfiada em conjunto do iconográfico, folha mostrava várias caveiras, a representando a morte de indivíduos que teriam sido assassinados "por ser da oposição", "por ser federalista" e "por publicar artigos contra o governo". Trazendo mais uma vez sua visão crítica para com os castilhistas, a publicação caricata dizia que o espetáculo prestidigitador terminaria "com o sulfurama no qual apresentará quadros de muito efeito e de muita atualidade" (BISTURI, 19 mar. 1893).

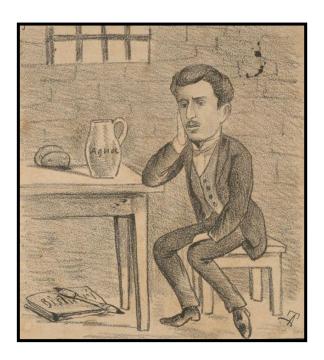






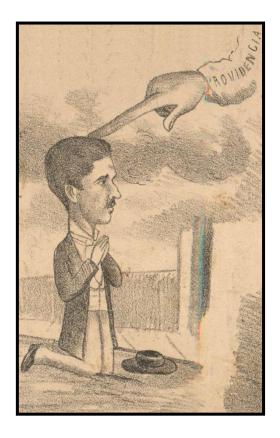
O proprietário do *Bisturi* utilizou-se largamente do recurso de publicar seus autorretratos para demonstrar aos leitores a coerção recebida pelos jornalistas. Em uma delas, ele mais uma vez antevia a sua prisão, aparecendo no interior de uma cela, sustentado a pão e água e com o periódico sob sua direção e o crayon atirados ao chão, enquanto ele afirmava: "E nós pobres jornalistas, de mordaça à boca, sem que possamos soltar um brado de indignação ante este painel de negras infâmias" (BISTURI, 30 abr. 1893). Após a regulamentação legal mais repressiva imposta até então, Amorim apareceu mais recorrentemente para registrar tais ações coercitivas. Fazendo uso de uma expressão popular, apareceu colocando a viola no saco no que tange a tratar de temas políticos, declarando que:

"Politicamente falando não há outro remédio se não por a viola no saco. Custa-nos, mas que querem, que havemos de fazer" (BISTURI, 21 out. 1893). O caricaturista também protagonizava uma gravura na qual, junto de outros colegas de jornalismo, continuava "a navegar num mar de ro... sas de... cortiça", em clara alusão à lei da rolha (BISTURI, 29 out. 1893). Houve ainda uma ilustração na qual Thadio Alves de Amorim recebia a intervenção do "dedo da divina providência", agradecendo, com ironia, por este ter-lhe "livrado das tentações da política" (BISTURI, 31 dez. 1893).









Assim, na conjuntura autoritária da formação republicana, houve uma tendência de aproximação entre as atitudes governamentais de força e as de violência²⁴. A "repressão designa a contenção feita por força externa" em relação a "alguém ou algo que ameaça

-

²⁴ STOPPINO, Mario. Força. In: BOBBIO, Norberto et al (dir.). *Dicionário de Política*. 4.ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1992. v. 1. p. 502.

irromper"25. No que tange às amplas limitações à liberdade de expressão, as medidas coercitivas vieram ao encontro da perspectiva pela qual "a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função" coibir a imprensa, de modo a "conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade"26. E, especificamente em relação à violência, as autoridades públicas lançaram mão da mesma tendo "por finalidade destruir, ofender e coagir", de maneira a agir contra "qualquer gesto de crítica ou oposição, mesmo a mais tênue e inocente", em um contexto pelo qual, a atitude violenta governamental servia para "truncar e paralisar antecipadamente" uma "oposição potencial"²⁷. Como representante da imprensa caricata rio-grandense-do-sul, o Bisturi esteve à frente de uma batalha árdua e praticamente inglória contra tais reveses, pois, enquanto suas forças permitiram, não cedeu ao regime repressivo, denunciando veemência a falta de liberdade de expressão e os atos violentos praticados pelas autoridades governamentais. A força coercitiva acabaria por preponderar, calando, censurando e eliminando, ao menos temporariamente,

-

²⁵ TAYLOR, F. Kräupl. Repressão. In: SILVA, Benedicto (dir.). *Dicionário de Ciências sociais*. 2.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1987. p. 1065.

²⁶ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 10.ed. São Paulo: Loyola, 2004. p.8-9.

²⁷ STOPPINO, Mario. Violência. In: BOBBIO, Norberto et al (dir.). *Dicionário de Política*. 4.ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1992. v. 2. p. 1291 e 1294.

aqueles textos e desenhos que, para os padrões de então, ousaram colocar-se em uma postura de denúncia, desafio, contestação, oposição e resistência.



A Cátedra CIPSH (Conseil International de la Philosophie et des Sciences Humaines/UNESCO) de Estudos Globais da Universidade Aberta e a Biblioteca Rio-Grandense reuniram esforços para editar a *Coleção Rio-Grandense*. Mais meridional unidade político-administrativa brasileira, o Rio Grande do Sul, tem uma formação prenhe em peculiaridades em relação às demais regiões do Brasil, estabelecendo-se uma sociedade original em vários de seus fundamentos. Da época colonial à contemporaneidade, a terra e a gente sul-rio-grandense foram edificadas a partir da indelével posição fronteiriça, resultando em verdadeira amálgama entre os condicionantes luso-brasileiros e platinos. A *Coleção Rio-Grandense* tem por intento fundamental a divulgação da produção intelectual acerca de variadas temáticas versando sobre o Rio Grande do Sul, com preferência para as abordagens de natureza cultural, histórica e literária.





